

**Ajuda Memória – Acompanhamento Progestão nº 28/2018/COAPP/SAS**  
Documento nº 00000.054563/2018-55

Em 6 de setembro de 2018.

<b>Assunto: 4ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão no Distrito Federal</b>
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.000554/2013-14
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Local:</b> Sede da ADASA, Brasília/DF
<b>Data:</b> 30/08/2018
<b>Participantes:</b> Técnicos da ANA e da ADASA, conforme lista de presença anexa.

### Relato

1. A 4ª oficina de planejamento e acompanhamento do Progestão no Distrito Federal teve como principal objetivo discutir as estratégias para implementação das diretrizes citadas nos Informes nºs 03 e 04, de 13 de março de 2017, visando ao alcance das metas de cooperação federativa e das metas de gerenciamento de recursos hídricos de domínio do Distrito Federal, pactuadas no âmbito do Progestão.
2. Durante a reunião foram discutidas as atividades que vêm sendo realizadas e as providências necessárias para atingimento das metas de cooperação federativa no ano de 2018, além de identificar os responsáveis pela sua execução.
3. A reunião ocorreu em sala de reunião da ADASA, em Brasília/DF, e transcorreu sem dificuldades. Participaram da reunião o Superintendente de Recursos Hídricos, Rafael Mello, diversos técnicos da ADASA e três servidoras da ANA (SAS e SPR).

### Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

4. **Meta de cooperação federativa I.1 – Integração de dados de usuários de recursos hídricos:** em 2017, a ADASA foi certificada com 72,6% nesta meta, pois a entidade não conseguiu inserir todos os usuários regularizados até 2016, tampouco cadastrou todos os usuários regularizados ao longo de 2017. Segundo informado, o novo sistema de cadastro de usuários da ADASA entrou em operação recentemente e os dados existentes no banco estão passando por um processo de consistência. No momento da oficina, cerca de 61% dos dados já haviam sido consistidos. A ADASA também informou que, atualmente, conta com aproximadamente 6.500 interferências registradas no sistema, sendo parte outorgas vencidas e, portanto, não regularizadas. A ANA informou que, para efeito da meta I.1, devem ser cadastradas as interferências regularizadas, sendo 80% até 2017 e 100% ao longo do ano de 2018. Há a expectativa de cumprimento desta meta em 2018. A ADASA solicitou que fossem excluídos do CNARH os dados do DF já inseridos para que os registros do novo sistema (com informações consistentes) sejam novamente migrados para o CNARH. Foi pactuada com a COCAD/ANA que essa operação será realizada no momento considerado oportuno pela ADASA, de forma a garantir uma cópia de segurança dos dados já existentes em qualquer eventualidade.
5. **Meta de cooperação federativa I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas:** em 2017 o DF obteve nota zero nesta meta. Para o ano de 2018, foi mantida a meta anteriormente estipulada: cadastro de 300 poços regularizados até 2017 e

100% dos poços regularizados em 2018. Conforme esclarecido, a ADASA continua com dificuldades no cumprimento dessa meta e aponta alguns motivos, dentre eles: a inexistência nos processos/banco de dados das informações mínimas para poços exigidas no âmbito do Progestão; o alto custo para a solicitação da realização de testes de bombeamento diante do perfil dos usuários do DF, na sua maioria composta por pequenos usuários; a existência de estudo hidrogeológico robusto, abrangendo todo o DF, utilizado pela ADASA como referência para a concessão de outorga de água subterrânea; a existência de uma rede de qualidade da água subterrânea, mantida pela ADASA, que, em grande parte dos casos, dispensa a realização de testes por parte dos usuários; e, por fim, a recente crise hídrica que assolou o DF entre 2016 e 2017 e fez com que houvesse a restrição de diversos usos. Dessa forma, a ADASA deve encaminhar à ANA uma Nota Técnica expondo as dificuldades mencionadas, com vistas a repactuar esta meta para 2019 focando a realidade atual do DF com relação à regularização dos usos de água subterrânea. Finalmente, ficou registrado que a expectativa de atingir parcialmente esta meta em 2018 será decorrente da busca de informações junto à Caesb dos poços outorgados para essa concessionária.

6. **Meta de cooperação federativa I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento (Conjuntura):** a ADASA teve um pequeno desconto nessa meta em 2017, devido ao envio de dados de qualidade da água pela Caesb em formato distinto do exigido pela SPR. Durante a oficina foi questionada a continuidade do envio de dados de qualidade de água pela Caesb, uma vez que, com a criação da ADASA, em 2004, o monitoramento da qualidade da água do DF passou a ser executado pela Agência, sem prejuízo da Caesb continuar realizando o monitoramento da qualidade da água nos pontos de captação para fins de abastecimento humano, conforme determina normativo do Ministério da Saúde. Dessa forma, decidiu-se que a ADASA irá encaminhar um ofício à SPR/ANA esclarecendo essa situação e pontuando que a Agência possui rede de monitoramento de qualidade da água própria, com densidade adequada para o DF, e dessa forma, será solicitado a dispensa do envio dos dados de qualidade da água pela Caesb, para fins de certificação desta meta no Progestão.

7. **Meta de cooperação federativa I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos:** em 2017, a ADASA cumpriu plenamente a meta referente à transmissão de dados, porém teve um pequeno desconto referente à produção de boletins. Segundo informado, com o início do funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do DF (SIRH-DF), em 2017, e respectiva publicação na *internet*, a ADASA entendia que os boletins publicados por meio do portal eram suficientes para cumprir a meta em questão. No entanto, de acordo com a nota técnica de certificação, a COART/ANA considerou que a informação constante na página do SIRH-DF não era suficiente. Dessa forma, foi pactuado para 2018 um ajuste nas informações disponibilizadas no Portal pela ADASA, de modo a atender a meta de publicação de boletins diários. A planilha do Gestor PCD com a média de transmissões das estações neste ano encontra-se anexa. Observa-se que os valores mensais superam a média de 80% para esta meta.

8. **Meta de cooperação federativa I.5 – Atuação para Segurança de Barragens:** a ADASA atingiu 100% desta meta em 2017. Para 2018 está prevista: a emissão de outorgas para a regularização de barragens; a complementação dos dados cadastrais das barragens; a inserção de informações no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); a classificação e comunicação da classificação das barragens aos empreendedores; além da regulamentação da Lei nº 12.334/2010 no âmbito do DF. A ADASA informou que já classificou a maior parte das 82 barragens identificadas e, todas as classificadas apresentam Dano Potencial Associado (DPA) baixo. Em relação à outorga, a Agência esclareceu que está sendo rediscutida a Resolução ADASA específica sobre outorga de barragens, prevista para ser aprovada ainda esse ano. Sobre a proposta de regulamentação da Lei nº 12.334/2010, foi informado que deverá ser realizada Audiência Pública ainda em 2018, com expectativa de

aprovação e início da vigência da nova normatização sobre segurança de barragens no início de 2019. Portanto, espera-se em 2018 o alcance de boa parte da meta I.5.

9. Quanto às metas de gerenciamento em âmbito distrital, ficou decidido, primeiramente, pela realização de uma reunião com a Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CTPA do CRH/DF) para discutir a situação do cumprimento destas metas e, caso necessário, solicitar a participação da ANA. De um modo geral, o DF deve atender o número mínimo de variáveis exigidas no Progestão para o 4º período de certificação, ou seja, o cumprimento de todas as 14 variáveis obrigatórias e, no mínimo, 5 de atendimento facultativo divididas pelos 4 blocos de variáveis.

10. Finalmente, a ADASA informou que deverá aplicar os recursos das primeiras parcelas do Progestão na elaboração do Plano dos Afluentes do rio Paranaíba no DF (antigo Plano da bacia do Rio Paranoá) e, parte na manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico. Foi contratada a empresa Engeplus para a elaboração do citado Plano, o qual tem previsão de conclusão para novembro de 2019. Na oportunidade, a ADASA solicitou apoio da ANA no esclarecimento, junto ao CRH/DF, sobre os procedimentos e elegibilidade de ações para aplicação dos recursos do Progestão. Ressalta-se que há uma resolução do CRH/DF (Resolução nº 03/2016) que propõe a aplicação dos recursos do Progestão em quatro temas prioritários (elaboração dos Planos das bacias do DF; constituição da Agência de Bacias do DF; instituição da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no DF; e implementação do Fundo de Recursos Hídricos do DF), o que, na opinião da ADASA, dificulta a programação de recursos em outras rubricas, como por exemplo, a manutenção da rede hidrometeorológica.

11. Anexas estão, em detalhe, as atividades propostas para o 4º período do Distrito Federal no âmbito do Progestão, bem como a lista de presença.

### **Conclusões**

12. A reunião atendeu plenamente aos objetivos de acompanhar o planejamento das atividades para a certificação do Progestão no ano de 2018, com constatação da necessidade de maior empenho por parte da ADASA para o atingimento da meta de cooperação federativa I.2.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
FLÁVIA SIMÕES FERREIRA RODRIGUES  
Gestora do Contrato nº 023/ANA/2016  
Portaria ANA nº 199, de 23 de junho de 2016

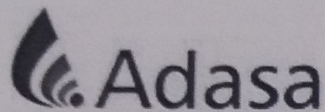
De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos





Agência Reguladora de Águas,  
Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

Pauta: Oficina do PROGESTAS

Data: 30/08/2018

Nº	Nome	Instituição	Endereço Eletrônico	TELEFONE
01	Cássia Helena Soares van den Beuse			
02	Kleber Quintão de Oliveira	ADASA	kleber.oliveira@adasa.df.gov.br	3961-5058
3	Fabio Diniz	ADASA	FABIO.DINIZ@ADASA	3961-4934
4	Alba Evangelista Ramos	ADASA	alba.ramos@adasa.df.gov.br	3961-4913
5	Gabriela de Oliveira Romão	ADASA	gabriela.romao@adasa.df.gov.br	3961-5032
6	Tadeu Mendonça de N. Teixeira	ADASA	tadeu.teixeira@adasa.df.gov.br	3961-5032
7	Audson R. de Oliveira	ADASA		
8	Rafael Michelo Mello	ADASA	rafael.mello@adasa.df.gov.br	3961-4940
9	Laura Tiffmann Guina	ANA	laura.guina@ana.gov.br	2109-5181
10	Flavia Simões F. Rodrigues	ANA	flavia.rodrigues@ana.gov.br	2109-5122
11	Ludmila A. Rodrigues	ANA	ludmila.rodrigues@ana.gov.br	2109-5326
12	Erica Yslinda de Freitas	ADASA	erica.freitas@adasa.df.gov.br	3961-5057
13	JULIANA PINHEIRO GOMM	ADASA	JULIANA.GOMM@ADASA.DF.GOV.BR	3961-4922
14	Ana Carolina Lopes Carneiro	ADASA	ana.carneiro@adasa.df.gov.br	3961-5089

F  
Ramos

←

EF

Relatório PROGESTÃO Anual.

Lista: DISTRITO FEDERAL | Período: 2018.

Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 28/08/2018 16:09.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18
0	BARRAGEM LAGO PARANOÁ	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	mar/14	97	98	100	90	73	100	100	100
1547082	BARRAGEM LAGO PARANOÁ	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	mar/14	100	98	100	89	73	100	100	100
60492200	BARTOLOMEU - FAZENDA RECREIO	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		GO	out/14	97	100	100	93	100	100	100	99
1647015	BARTOLOMEU - FAZENDA RECREIO	(P)	PS	Ativo		PR-1		GO	out/14	0	91	100	97	100	100	100	99
0	CONTAGEM - VC 201	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	ago/15	97	100	100	100	100	100	100	99
1547053	CONTAGEM - VC 201	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	ago/15	98	95	96	97	99	100	100	99
60435500	DESCOBERTO - BARRAGEM	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	nov/14	86	100	100	100	100	100	100	99
0	DESCOBERTO - BARRAGEM	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	nov/14	89	100	100	100	100	100	100	99
60435000	DESCOBERTO - CHACARA 89	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	jan/17	41	100	100	100	95	100	99	100
0	DESCOBERTO - CHACARA 89	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	jan/17	44	100	100	100	94	100	99	100
60434600	DESCOBERTO JUS. CAPTAÇÃO BARRAÇÃO	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	out/14	97	100	100	100	100	22	0	0
0	DESCOBERTO JUS. CAPTAÇÃO BARRAÇÃO	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	out/14	99	98	97	99	100	100	100	70
60478200	MONTANTE ZOOLOGICO - EPIA 003 - RIACHO FUNDO	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	fev/16	97	99	100	99	100	100	100	99
0	MONTANTE ZOOLOGICO - EPIA 003 - RIACHO FUNDO	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	fev/16	98	97	99	99	100	100	100	99
60473000	PIPIRIPAU FRINOCAP - DF 230	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	jul/15	91	100	100	100	100	100	100	99
0	PIPIRIPAU FRINOCAP - DF 230	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	jul/15	92	94	93	95	98	98	100	98
42450300	RIBEIRÃO JACARÉ	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	nov/14	95	99	100	100	100	100	100	99
1547040	RIBEIRÃO JACARÉ	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	nov/14	98	62	85	100	100	100	100	99
0	RIBEIRÃO TORTO JUSANTE CÔRREGO URUBÚ	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	jun/16	97	100	100	95	89	100	98	93
1547089	RIBEIRÃO TORTO JUSANTE CÔRREGO URUBÚ	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	jun/16	100	100	100	95	89	100	98	92
0	RIO PRETO - FAZENDA ITAPETI	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	ago/15	97	30	100	100	100	100	100	99
1547064	RIO PRETO - FAZENDA ITAPETI	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	ago/15	100	25	100	100	100	100	100	99
60435200	RODEADOR - DF 435	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	jan/17	87	100	100	100	94	98	99	46
0	RODEADOR - DF 435	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	jan/17	90	100	100	100	94	98	99	46
60477100	SANTA MARIA - BARRAGEM	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		DF	nov/14	97	100	100	95	99	97	100	97
0	SANTA MARIA - BARRAGEM	(P)	PS	Ativo		PR-1		DF	nov/14	100	92	95	93	99	97	100	97
<b>MÉDIAS:</b>										88	91	99	98	96	97	96	89

Origem: AE - ana/inpe | AM - ana/sivam | SO - setor elétrico | CE - cotaonline | PS - projetos\_especiais.

Marca: VA - VAISALA (1: MAW-55; 2: MAW-55M; 3: 555) | CA - CAMPBELL (6: CR-800; 7: CR-1000) | HO - HIDROMEC/OTT (4: GP; 5: GO) | RM - RMQA\_GPRS (8: RMQA\_GPRS) | CO - COTAONLINE (9: COTAONLINE).

Sensor: PR - Precipitacao: (1: Balsa; 2: Não Especificado).

Sensor: NI - Nível: (1: Encoder; 2: Pressão; 3: Display; 4: Ultrassônico; 5: Radar; 6: Res. 3; 7: Não Especificado).

Sensor: VA - Vazão: (S: Sim; N: Não).

Transmissão: SA - SCD/ARGOS | GO - GOES | GP - GPRS | RM - RMQA.

Maior que 90%

Entre 80% e 90%

Menor que 80%

Estação não Instalada ou Desativada

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA – SGH  
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

## METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	Variável	Ponto Focal / ANA	Ponto Focal / ADASA	Status da Meta	Informações levantadas	Ações previstas nos próximos anos
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia e Maurício/ COCAD	Hudson Oliveira/ Saulo Luzzi	Recentemente entrou em operação um sistema próprio de cadastro. O banco de dados informatizado ainda não é compatível com o CNARH.	Há cerca de 5 mil interferências com outorgas válidas até 2017. Até agosto de 2018, cerca de 500 interferências foram cadastradas. No DF a média de emissão é de mil outorgas por ano, considerando água superficial, subterrânea, barragens, caminhão pipa e lançamento de água pluvial. Para atendimento da meta deve ser inserido 80% das interferências regularizadas (outorgas vigentes) no CNARH até 2017. Segundo recomendações da Cocad/ANA, migrar para o CNARH os dados das outorgas federais e distritais. A Adasa está consistindo os dados e preenchendo os campos obrigatórios para inserir novamente no CNARH, após backup do banco de dados a ser feito pela ANA. Esta operação será feita a partir da solicitação da Adasa, ao término do trabalho de consistência. Em 2017, o DF cumpriu 72,6% da meta.	Atender aos critérios estabelecidos nos Informes da ANA. Até 2019 compartilhar no CNARH os dados dos usuários regularizados.
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações de poços disponibilizadas para o SNIRH	Leticia e Márcia/ COSUB	Hudson Oliveira/ Saulo Luzzi	Recentemente entrou em operação um sistema próprio de cadastro. O banco de dados informatizado ainda não é compatível com o CNARH.	A maioria das outorgas no DF (60%) são para água subterrânea. Esta meta não foi cumprida em 2017: foi pactuado disponibilizar informações de 300 poços outorgados até 2016 e todos de 2017. A Adasa irá elaborar Nota Técnica apresentando os esclarecimentos e as justificativas para a impossibilidade de cumprir esta meta e enviará por ocasião do Relatório Progestão 2018. Espera-se que em abril de 2019 seja realizada reunião para repactuação da meta, com base na NT mencionada.	Repactuar esta meta com base na Nota Técnica a ser elaborada. Contratar estagiário de geologia para apoiar o cumprimento da meta em 2018.
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura Tillmann/SPR	Hudson Oliveira/ Juliana Pinheiro/ Érica Yoshida	A ADASA já tem a prática de enviar os dados anualmente. Necessário ajustar as informações no formato exigido. A Caesb também encaminha dados de qualidade da água.	O DF cumpriu parcialmente esta meta em 2017, com nota inicial de 79%, alterada para 93% após contestação. Contrato para elaboração do Plano de Bacia do Paranaíba-DF (Paranoá) assinado. Empresa Engeplus elaborando o Produto 1 - Plano de Trabalho. Em 2017, não foi possível alcançar 100% da meta dos dados de qualidade de água, devido ao não atendimento da meta pela CAESB. Será enviado ofício à ANA justificando que a Adasa é responsável pelo monitoramento de qualidade de água no DF e, para tanto, contam com uma rede satisfatoriamente densa. Dessa forma, será solicitado que a CAESB não tenha responsabilidade nesta meta.	Consolidar anualmente as informações de planos de bacia, monitoramento da qualidade da água e outorga.
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual da Sala de Situação / Boletins diários e manutenção corretiva da rede telemétrica	Alessandra Couri/SOE e Eduardo Boghossian /SGH	Juliana Pinheiro	A ADASA possui 16 estações telemétricas operando.	Está em processo de assinatura um convênio com a CPRM para operação e manutenção da rede de monitoramento da Adasa (quali-quantitativa). Os boletins são gerados pela COIH. Conforme solicitações da ANA/SOE, em 2018 serão realizados ajustes no SIRH para o cumprimento da exigência da emissão de boletim diário. Em 2017, o DF cumpriu parcialmente a meta de emissão de boletins (75%) e totalmente a meta relacionada à transmissão de dados.	Garantir a manutenção corretiva das estações telemétricas e produzir, publicar e encaminhar os boletins da sala de situação aos órgãos pertinentes.
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus e Alexandre Anderaos/ COSER	Hudson Oliveira / Julio Cesar	Emitidas outorgas, realizado cadastramento e complementação de dados. Parte das barragens classificadas quanto ao dano potencial associado com comunicação aos empreendedores. Inserção no SNISB de parte das barragens regularizadas. Confeccionada a minuta que regulamenta, em âmbito estadual, a PNSB (Lei 12.334/2010), estando prevista a realização de audiência pública este ano.	A Adasa possui 82 barragens cadastradas em sua base de dados, sendo cerca de 63 outorgadas (12 federais e 51 estaduais) e cerca de 20 em processo de análise. Do total de barragens cadastradas, 51 já foram inseridas no SNISB. Algumas barragens foram classificadas, restando ainda algumas para classificação quanto à categoria de risco e quanto ao dano potencial associado. Atualização do cadastro deve ser sistemática. Foi confeccionada a minuta de resolução que regulamenta os artigos 8 a 12 da PNSB (Lei 12.334/2010). Está prevista a realização de audiência pública ainda este ano.	Além da atualização, realizar a classificação por dano e risco e publicar minuta que regulamenta, em âmbito distrital, a PNSB (Lei 12.334/2010).



## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
1.1	<a href="#">Organização institucional do modelo de gestão</a>	B	30	4	4	4	Não	A Sema coordena a política de recursos hídricos. Foi criada a Gerência de Recursos Hídricos no Ibram, o que representou um grande avanço, mas necessita de mais técnicos, capacitação e equipamentos.	Necessidade de maior articulação entre os entes do sistema (Adasa, Sema, Ibram, CRH e CBHs).	SPE
1.2	<a href="#">Organismo(s) Coordenador/Gestor</a>	B		4	4	4	Não	A SRH/Adasa possui 4 coordenações: Coordenação de Regulação (CORH), de Fiscalização (COFH), de Informações Hidrológicas (COIH) e de Outorga (COUT).		SRH
1.3	Gestão de Processos	I		2	3	3	Não	Há procedimentos e rotinas técnicas e administrativas desenhadas em modelo de fluxo de trabalho mas não para todas as atribuições instucionais. Foi elaborado o Manual Operativo da Sala de Situação. Está em fase de contratação a elaboração do manual de outorga. Falta elaborar o manual de fiscalização, no entanto o fluxo de trabalho já foi desenhado para operacionalização e definição de método de ação e implantação de sistema.	Os processos estão no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	SRH
1.4	<a href="#">Arcabouço legal</a>	B		4	4	4	Não	Na última reunião da CTPA do CRH/DF em que foram apresentadas as variáveis do Progestão, ficou evidente que o DF possui um arcabouço legal robusto, embora o Conselho entenda que ainda existam temas que carecem de regulamentação. Não há previsão de adoção de cobrança no DF. Adasa realizou primeiro estudo sobre o tema.	Previsão de regulamentação: recarga artificial de aquíferos; barragens; parâmetros de valores de água para outorga. Há necessidade de articulação dos Comitês e do CRH.	CORH
1.5	<a href="#">Conselho Estadual de Recursos Hídricos</a>	B		4	4	4	Não	O Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH/DF) é atuante na gestão das águas no DF. Possui calendário de reuniões ordinárias e também se reúne extraordinariamente. Tem publicado resoluções, moções e outras decisões, além de participação ativa, por meio de câmaras técnicas para análise e aprovação de pautas específicas.		CRH/DF
1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados	I		2	4	4	Não	Há 3 CBHs abrangendo todo o território do DF: o CBH dos Afluentes do Rio Preto, o CBH dos Afluentes do Rio Maranhão e o CBH do Rio Paranoá. O CBH do rio Paranoá tem sua secretaria geral sob a responsabilidade do IBRAM e os demais estão sob a responsabilidade da SRH/Adasa. O CBH do Paranoá conta com o apoio de uma técnica de nível superior, que é a secretária do CBH. A Adasa disponibiliza 2 pessoas em tempo parcial: uma de nível superior, que é a secretária geral dos 2 CBHs e uma estagiária de nível superior. É importante ressaltar que ainda há diversas dificuldades que não foram superadas. Cabe destacar, também, que o IBRAM acompanha e colabora com o CBH Paranaíba (federal). É importante o DF estar presente e articular junto aos comitês federais, ou seja, melhorar a atuação do representante do DF no CBHSF.	Primeira oficina do Procomitês prevista para o dia 20/09/2018.	Assessoria/SRH
1.7	Agências de Água e Entidades Delegatárias	I		2	3	2	Sim	Não há Agência de Bacia no DF. Atualmente o funcionamento dos CBHs ainda está atrelado ao apoio governamental do IBRAM e da Adasa. Há resolução aprovada pelo CRH/DF deliberando que será uma agência para todo o DF.	Há previsão de licitação da empresa a ser contratada para a secretaria executiva dos CBHs em 2019.	Assessoria/SRH

## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
1.8	Comunicação social e difusão	I		2	3	2	Sim	Não existe um trabalho articulado e planejado sobre o tema água que envolva todos os entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF. A Adasa possui setor de comunicação para difusão de informações sobre os sistemas hídricos, destacam-se o atendimento à imprensa, com respostas a demandas e estratégia de divulgação, negociação acerca da publicação de matérias em seu portal, das resoluções e projetos da Agência, além de produção de conteúdo para o portal e Facebook. A comunicação da Adasa é feita com agências de publicidade, campanhas de conscientização sobre o uso racional da água e medidas requeridas em períodos de escassez hídrica. Há também o compartilhamento de conteúdos com outros órgãos e instituições, como o GDF, IBRAM, MMA, ANA etc. Também foi elaborado o Plano de Comunicação Estratégica de 2012 a 2025.	Necessária contratação de especialista para elaboração do Plano de Comunicação Social e Difusão da Gestão das Águas do DF sob o acompanhamento e aprovação do CRH.	Assessoria de Comunicação e Imprensa (ASCOM)/Gabriel a Ferreira do Vale
1.9	<a href="#">Capacitação setorial</a>	B		2	2	2	Não	A Adasa participou do DesenvolveRH que disponibilizou metodologia (gestão por competência) para desenvolvimento do plano de capacitação. Para colaborar com o Plano de Capacitação que vem sendo desenvolvido no âmbito do sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos do DF, o IBRAM realizou junto aos seus servidores, levantamento dos temas da área que mais carecem de capacitação. Segundo informado, atualmente, a Adasa apoia ações de capacitação dos servidores.	Implementar o Plano de Capacitação elaborado.	CORH
1.10	Articulação com setores usuários e transversais	A		2	3	2	Sim	A SRH/Adasa tem realizado articulação com vários setores de usuários e órgãos colegiados de recursos hídricos. Cabe registrar o esforço, no âmbito da elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE/DF para articulação e integração das políticas públicas que afetam o território (ambiental, infraestrutura hídrica, planejamento urbano, habitação), considerando a água como fator prioritário. Diferentes setores do IBRAM possuem em sua rotina de trabalho a articulação direta com setores usuários e transversais, tais como: Licenciamento Ambiental: Cadastro Ambiental Rural, Educação Ambiental, Recursos Hídricos, Monitoramento da Qualidade Ambiental, além de visitas e ações nos Parques e Unidades de Conservação, entre outros.	A Coordenação de Fiscalização prevê no Plano Anual de Fiscalização (PAF) o mínimo de reuniões anuais a serem realizadas com os usuários.	COFH e Assessoria/SRH
2.1	<a href="#">Balanço hídrico</a>	B		3	3	3	Não	A ADASA realiza balanço hídrico (demanda versus disponibilidade) para recursos hídricos subterrâneos e superficiais. Os critérios gerais e as vazões de referência para outorgas de captação superficial foram definidas no PGIRH. Em 2007 foi elaborado o estudo "Gestão de RH Subterrâneos no DF: diretrizes, legislação, critérios técnicos, sistema de informação geográfica e operacionalização" que deu origem à Resolução nº 01/2011, que definiu as disponibilidades hídricas dos aquíferos subterrâneos no território do DF, consideradas para a emissão das outorgas.	Foi publicada a Resolução nº 16, de 18 de julho de 2018, que define as disponibilidades hídricas dos aquíferos das diferentes unidades hidrográficas (UHS) do Distrito Federal e revogou a Resolução ADASA nº 01/2011. O balanço hídrico é atualizado constantemente pela Coordenação de Outorga (COUT).	SRH
2.2	<a href="#">Divisão hidrográfica</a>	B		3	3	3	Não	A SEMA publicou em 2015 o Mapa Hidrográfico do DF elaborado a partir da base hidrográfica oficial, proposta conjuntamente pela SEMA, IBRAM, ADASA e CAESB, sendo aprovada pelo CRH-DF, conforme Resolução nº 02/2015.		



## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
2.3	Planejamento estratégico institucional	I	10	3	3	2	Sim	Não há participação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF no planejamento estratégico (PE) da Adasa. Anualmente é elaborado o planejamento de outorga e fiscalização do uso de recursos hídricos que estabelece as diretrizes e prioridades das atividades e que leva em consideração os dados de monitoramento e disponibilidade hídrica superficial e subterrânea. Em 2017 foi revisado o PE da ADASA, com objetivos estratégicos para a área de RH e indicadores para avaliação de desempenho.	Foi recomendado à Adasa desenvolver internamente oficinas para levantar as demandas junto aos diversos setores e, em conformidade com o Plano Distrital de Recursos Hídricos, planejar a aplicação dos recursos repassados pelo Progestão, além de outros disponíveis para a SRH. Para tanto foi sugerido consulta à planilha de atividades do Acre, disponível na página do Progestão.	SPE
2.4	<a href="#">Plano Estadual de Recursos Hídricos</a>	I		4	4	4	Não	O DF possui o Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF (PGIRH), elaborado em 2006 e revisado em 2012, aprovado pela Resolução CRH nº 1/2012. Necessita de nova revisão, porém está sendo contratado o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF (PRH-Paranoá), que fará uma atualização do PGIRH na área de atuação do Comitê de Bacia do Rio Paranoá. O documento base considerado pelo IBRAM na gestão de recursos hídricos é o PGIRH. No entanto, ainda são necessários avanços internos para devida apropriação da documentação, considerando a gestão por processo informada na Variável 1.3.	Empresa Engeplus venceu o processo licitatório e está elaborando o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF. Neste Plano de RH está prevista a atualização do PGIRH.	
2.5	Planos de bacia	I		2	2	1	Sim	Está em processo de contratação o Plano de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF, que abrange cinco bacias hidrográficas, sendo a maior e com elevada taxa de ocupação populacional. O Edital foi publicado em maio de 2017 e houve recursos administrativos interpostos pelas empresas concorrentes.	Empresa Engeplus venceu o processo licitatório e está elaborando o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF.	Comitê e CORH
2.6	Enquadramento			2	3	3	Não	O CRH/DF aprovou o enquadramento dos corpos de água superficiais em classes, segundo os usos preponderantes, por meio da Resolução CRH nº 02, de 17/12/2014. Ficou adotado o ano de 2030 como prazo máximo para a efetivação do enquadramento e foi criado um GT da Câmara Técnica responsável pelo acompanhamento das atividades de enquadramento, objeto desta Resolução. Sobre o enquadramento da água subterrânea, existe proposta prevista no PGIRH e em estudos desenvolvidos pela UnB. No entanto há a necessidade de avaliação do estudo e proposição de enquadramento ao CRH.	O Plano de RH dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF trará proposta para enquadramento das águas subterrâneas.	CORH
2.7	Estudos Especiais de Gestão	A		3	3	3	Não	A SRH contratou diversos estudos, tais como: Gestão de RH Subterrâneos no DF (2007); Desenvolvimento de Recarga Artificial de Aquíferos (2015); Gestão das reservas das águas subterrâneas (2016); cobrança pelo uso de recursos hídricos (2017); balanço hídrico da BH do rio Descoberto (2017); estudo/projeto para revitalização do canal do Santos Dumont (2017) e canal do Rodeador (2018); avaliação da viabilidade e indicação de áreas para complementar o abastecimento público no DF num contexto de gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, entre outros.	Não há demandas do CRH para estudos. No entanto a ADASA está sempre contratando novos estudos. O último foi sobre a disponibilidade de água subterrânea para abastecimento público.	SRH

## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
2.8	Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão	A		3	3	3	Não	Não existem sistemas ou modelos de suporte à decisão operacional em âmbito distrital. Em 2017 a Adasa lançou o Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH), com a participação de vários órgãos. O SIRH utiliza uma plataforma de Business Intelligence, por meio do qual é possível realizar análises comparativas, de situação e históricas com o uso de grandes volumes de dados. Outra possibilidade do SIRH é a verificação da disponibilidade hídrica das UHs do DF. Está sendo desenvolvido no momento, com previsão de término até julho, uma ferramenta que permitirá o acompanhamento da curva de disponibilidade hídrica em tempo real, com sistema de alerta, caso ocorra comprometimento da disponibilidade hídrica na UH. Desta forma o SIRH apoia a tomada de decisão nos processos de concessão de outorgas, que teve todos seus dados georreferenciados, bem como no monitoramento on line dos níveis de reservatórios, qualidade de água e índice de chuva em determinadas localidades e podem colaborar com a emissão de alertas de inundação em conjunto com a Defesa Civil.	Foi recomendado que o sistema de outorga a ser concluído seja compatível com o CNARH, tendo em vista o compartilhamento de dados previstos nas metas do Progestão.	SRH
3.1	<a href="#">Base cartográfica</a>	B		3	3	3	Não	Segundo informado, há cartografia disponível no DF em escala adequada. Na Adasa existem técnicos responsáveis pelo processamento dos dados georreferenciados. Em 2017 contratou consultoria especializada em Geoprocessamento, que gerou um diagnóstico da situação institucional, levantando as necessidades setoriais e propondo um modelo para a geração e organização dos dados espaciais. Também foi proposto um fluxograma de informações entre as várias entidades pertencentes ao Sistema de Informações de Recursos Hídricos do DF. A rede de drenagem pluvial urbana do DF foi digitalizada e está em fase final de georreferenciamento.	Não há previsão de área específica. Foram contratados dois terceirizados especializados em ferramentas de GEO.	COIH
3.2	<a href="#">Cadastros de usuários e infraestrutura</a>	I		3	3	3	Não	Até 2016 foram regularizados pelo DF aproximadamente 9 mil captações superficiais e subterrâneas. No CNARH foram compartilhados o total de 2.595 dados das interferências outorgadas, que representa 43,25% dos usuários regularizados até 2016. Em 2017 foram regularizados pelo DF o total de 1456 outorgas superficiais e subterrâneas. No CNARH foram compartilhados o total de 510 dados de interferências de outorgas, que representa 35,02% dos usuários regularizados em 2017. No IBRAM o cadastro de usuários é realizado por meio do Cadastro Ambiental Rural e do licenciamento ambiental.		COUH
3.3	<a href="#">Monitoramento hidrometeorológico</a>	B	5	3	4	4	Não	A rede de monitoramento da Adasa é ampla e densa, pois contém, no mínimo, uma estação para cada ponto de controle das 41 bacias hidrográficas pertencentes ao DF. Possui hoje 57 estações em operação, sendo 16 delas telemétricas, com índice médio de transmissão de dados acima de 90%. No ano de 2017, a ADASA adquiriu mais 33 estações telemétricas, para renovação da sua rede de monitoramento hidrometeorológica. Também está sendo feito um diagnóstico da rede superficial para avaliação da cobertura dos pontos críticos e não críticos, avaliação de modernização da rede para operação em tempo real de 100% da rede e realizada nova licitação para a sua operação e manutenção. Existe também a rede de monitoramento das águas subterrâneas, que conta com 42 poços rasos e 42 profundos.	A Adasa contratou consultoria que realizou a consistência dos seus dados do período de 2009 a 2016. Planeja-se que essa contratação para consistência dos dados seja realizada a cada 5 anos. Os dados das telemétricas da Adasa inseridas no Gestor PCD (ANA) são consistidos pela própria ANA.	COIH

## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
3.4	Monitoramento da qualidade de água	B		3	4	4	Não	A rede de qualidade de água da Adasa atende 100% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas. Apenas a análise de 2 parâmetros definidos ainda não está sendo realizada. A Adasa também participou dos dois ensaios de proficiência interlaboratoriais realizados pela ANA.	Em 2018, a Adasa aderiu ao Qualiágua, estando pendente apenas a assinatura do contrato. Segundo a ANA, tal documento será enviado à ADASA somente em dezembro de 2018 (devido ao período eleitoral).	COIH
3.5	Sistema de informações	A		3	3	3	Não	O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SIRH) do Distrito Federal é um banco de dados unificado, com registros de informações sobre monitoramento de recursos hídricos, volume dos reservatórios, medição de chuva e qualidade da água; de outorgas de captação de águas superficiais e subterrâneas, e de disponibilidade hídrica. O sistema faz uso de ferramentas de geoinformação, de análise de grandes volumes de dados e de imagens de monitoramento aéreo, o que possibilita análises de situação, histórica, comparativa e o geoprocessamento de informações. Além de integrar as atividades desenvolvidas pelas superintendências da Adasa, o SIRH permite consultas online de pesquisadores, agentes públicos e o público em geral.	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SIRH) do Distrito Federal em operação e sendo constantemente atualizado.	STI e COUT
3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	A		3	3	2	Sim	Não existe um Plano de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação estruturado no âmbito do SIGRH/DF. Existe convênio assinado entre Adasa e UnB para estudos da batimetria, balanço hídrico e estudo quali-quantitativo de sedimentos do Lago Paranoá. Foram contratados ainda os seguintes estudos: quantificação da disponibilidade de água subterrânea e proposição de mecanismos de recarga artificial de aquíferos; uso de equipamentos Drones para a coleta de registros aerofotogramétricos, em apoio às ações de fiscalização do uso de recursos hídricos. Tais iniciativas ainda não foram discutidas no âmbito do Sistema Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Algumas iniciativas importantes têm sido implementadas como o lançamento, com recursos do GDF, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP-DF), de edital temático sobre água que selecionou 10 projetos de pesquisa em todo o DF.	Ainda está em andamento com a UnB e com previsão de término em agosto de 2019, o convênio para estudos da batimetria, balanço hídrico e estudo quali-quantitativo de sedimentos do Lago Paranoá.	COIH
4.1	<a href="#">Outorga de direito de uso</a>	B		4	5	5	Não	Há na Adasa mais de 9 mil processos de outorga que tratam de: barragens (104), captação por meio de caminhão pipa (300), desvio de corpo hídrico (2), dragagem (2), lançamento de efluentes (30), lançamento de drenagem pluvial (160), captação subterrânea (6208) e captação superficial (2246). Os processos são oriundos de solicitações espontâneas, de campanhas de regularização promovidas pela Adasa, em parceria com a Emater, e ainda as ações de fiscalização que identificam usos não outorgados.		COUT
4.2	<a href="#">Fiscalização</a>	B		4	5	5	Não	A Coordenação de Fiscalização (COFH) da SRH/Adasa é responsável pela fiscalização do uso dos recursos hídricos (usuários outorgados, cadastrados, ou não autorizados, a realizar captações de água). O planejamento das atividades de fiscalização é feito por meio do Plano Anual de Fiscalização – PAF, que estabelece as diretrizes e prioridades para as fiscalizações a serem realizadas em cada ano. Em sua estrutura, são citados os usos dos recursos hídricos objetos de fiscalização, a legislação aplicável, os tipos de fiscalização e, por último, o planejamento das atividades.		COFH

## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
4.3	Cobrança	A	5	2	2	2	Não	Compete ao CRH/DF estabelecer critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos e ao CBH estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados. A Adasa cabe elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo CRH/DF, das faixas de valores a serem cobrados pelo uso quali-quantitativo dos recursos hídricos, com base nos mecanismos e quantidades sugeridos pelo respectivo CBH, se houver, e estabelecer os valores específicos nos momentos das respectivas outorgas, devendo distribuir os recursos advindos da cobrança para aplicação. Em 2017, a Adasa contratou o primeiro estudo técnico sobre cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Foram entregues os produtos: Diagnóstico das BHs do DF e dados sobre a cobrança no Brasil; Proposta de modelo de cobrança por BH do DF; e Relatório das atividades de difusão e apoio na discussão e estabelecimento de proposta da cobrança por BH. Os produtos foram apresentados para os Comitês de Bacias e o CRH/DF em dezembro de 2017.	Prevista a elaboração de resolução sobre cobrança somente após a instituição deste instrumento no DF.	CORH
4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	I		3	3	2	Sim	Constituem receitas da Adasa, dentre outras, a Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – TFS e a Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU. Quando for implementada a cobrança pelo usos de recursos hídricos, 10% serão destinados à Adasa para seu custeio e dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. No âmbito do IBRAM, existem alguns instrumentos que contribuem para a realização de ações voltadas à gestão de recursos hídricos, tais como a Compensação Ambiental e Florestal. Não existem estudos que mostrem qual percentual é necessário.		
4.5	Infraestrutura hídrica	A		3	3	2	Sim	É necessária a elaboração e aprovação, pelo CRH/DF, do Plano de Manejo Sustentável das Águas Pluviais do DF. Algumas ações do IBRAM se relacionam à infraestrutura hídrica. Dentre elas estão: obras em Unidades de Conservação; identificação de processo erosivo, nas UCs sob gestão do IBRAM, decorrentes de problemas nas estruturas implementadas e/ou mau dimensionamento de redes de drenagem.	Não há previsão de elaboração de plano de segurança hídrica para o DF.	SAE, SRS e SRH



## METAS ESTADUAIS

ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo C	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS E/OU DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPON-SAVEIS
4.6	Gestão e controle de eventos críticos	A		3	3	3	Não	Publicação de resoluções sobre curvas de referência para acompanhamento do volume útil dos reservatórios. Grupo de Acompanhamento da Crise Hídrica, criado pela Resolução Adasa nº 13/2016. Para o monitoramento dos eventos críticos, no ano de 2017, a Adasa adquiriu mais 33 estações telemétricas, além das 16 que já possuía. Essa modernização da rede permite uma gestão mais robusta para o mapeamento e controle de eventos críticos. Quanto aos eventos de inundação, o DF atualmente possui um ponto crítico identificado, localizado na unidade hidrográfica do Riacho Fundo, onde já está instalada uma estação telemétrica próxima ao ponto de controle. A estrutura do banco de dados da Adasa já está operando e permite a emissão de alertas em tempo real, a partir dos dados obtidos pela telemétrica citada. Contudo, ainda estão sendo feitas análises para correlação entre a ocorrência da cota de alerta de inundação no ponto de controle com o ponto de alagüe. Realizadas reuniões com a Defesa Civil a fim de instituir os procedimentos para a gestão e controle dos eventos críticos relacionados à inundação. Existe o monitoramento dos eventos críticos relacionados à estiagem e ações de mitigação, como o Manual Operativo da Sala de Situação e a realização de ações de alocação de uso dos recursos hídricos para o atendimento das vazões de referência estabelecidas pelo PGRH/2012.	O aprimoramento das telas do SIRH para o cumprimento da meta federativa I.4 garantirá maior transparência na divulgação dos dados relacionados com eventos críticos, já disponibilizados no Gestor PCD (ANA). Além do mais, está prevista a instalação de uma telemétrica na Vila Cauhy, ponto de alagüe do Distrito Federal, com o intuito de operacionalizar tal alerta com a Defesa Civil e outros interessados. Em andamento a assinatura de um ACT com o INMET para o aprimoramento da gestão e controle desses tipos de eventos. Quanto à participação do IBRAM neste item, pode-se citar: Grupo de Trabalho – cotas do lago com o objetivo de planejar e acompanhar as variações dos níveis altimétricos da água do Lago Paranoá e propor diretrizes e ações conjuntas para a integração e otimização dos procedimentos; ações desenvolvidas para a criação da Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CD-P2R2); criação de Grupos de Trabalhos voltados a temas específicos que se relacionam com recursos hídricos, tais como contaminação de áreas de postos de combustíveis.	COIH
4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	I		3	3	2	Sim	O Fundo Estadual de Recursos Hídricos, previsto no inciso VI, art.6 da Lei Distrital nº 2725/01, ainda não foi regulamentado. Ocorreram discussões a respeito da temática no âmbito do CRH/DF.	Regulamentar o Fundo.	CRH
4.8	Programas e Projetos Indutores	A		3	3	3	Não	No DF o principal projeto é o Pipiripau.		

DISTRITO FEDERAL	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2016	2017	2018	2019
META II.1 - Var. Legais, Inst. e de Art. Social	5	6	6	7
META II.2 - Variáveis de Planejamento	3	4	5	6
META II.3 - Var. de Informação e Suporte	3	3	4	4
META II.4 - Variáveis Operacionais	3	4	4	5

## LEGENDA:

Outorga	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
Cobrança	Avaliação facultativa
SIM	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada